

Por uma agricultura mais sustentável no Oeste

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

O setor agrícola em Portugal tem sofrido uma perda aproximada, de 30 mil trabalhadores por ano. A mão-de-obra no setor agrícola é também da mais mal paga do país. De acordo com a análise de dados disponibilizados no Pordata, os trabalhadores do setor agrícola apresentam uma disparidade da remuneração base média mensal de 21%, em 2020, face aos trabalhadores de outros ramos de atividade[2]. Relativamente ao crescimento do rendimento e do produto agrícola em Portugal nas últimas 3 décadas, estes tiveram um crescimento pouco notório. A taxa de crescimento média anual foi de 1,1%. Já o produto agrícola bruto, teve um crescimento acumulado de, apenas 10% nos últimos 30 anos, mas à semelhança do rendimento agrícola apresentou na última década um maior crescimento, tendo-se situado nos 3%/ano [3].

Para além da quase estagnação do produto agrícola nacional, o setor apresenta uma evolução negativa da competitividade das explorações agrícolas a par com a redução do número de explorações agrícolas. Tal pode ser justificado com:

1. Evolução desfavorável da relação entre os preços agrícolas e não agrícolas, em geral e dos preços dos produtos e dos fatores agrícolas de produção, em particular.
2. Redução observada na superfície agrícola cultivada, motivada, no essencial, por uma progressiva perda de produtividade de grande parte dos nossos solos e pelo aumento de deficits hídricos.
3. Recurso a tecnologias e práticas agrícolas baseadas sobretudo num modelo de intensificação químico-mecânico. Acredita-se também que este modelo para além do impacto ambiental tem consideráveis impactos sociais e encontra-se economicamente esgotado.

Como acima enunciado a região Oeste (RO) não é exceção, esta detém 10 % da superfície agrícola utilizada (SAU), sendo destas 87 % explorações familiares. Nos anos 2015/16/17, a agricultura familiar apresentava, em média, produtividades da terra que correspondiam a 63% das observadas em explorações empresariais. Estes baixos valores de produtividade refletem-se em baixas taxas de competitividade das explorações e baixos valores de produto agrícola bruto nacional [4]. A acrescentar a isto a geografia da RO coloca-a numa posição frágil quanto aos possíveis efeitos das alterações climáticas, dada a sua proximidade ao oceano e reduzida disponibilidade de recursos hídricos naturais. O crescente aparecimento de estações de seca cada vez mais longas e períodos de chuva mais curtos e intensos torna a RO numa zona com elevada suscetibilidade a erosão hídrica e cheias. O que vem complicar ainda mais as coisas é que os sistemas de agricultura tradicionalmente praticados não têm acautelado a conservação do solo e da água levando a uma degradação acelerada dos solos da RO. Por isso é crucial desenvolver sistemas e tecnologias de produção que controlem a erosão do solo e aumentem o seu teor de matéria orgânica, bem como melhorem a estrutura e fertilidade dos solos e ainda aumentem a capacidade de retenção da água.

[1]M. José and P. L. Santos, “Evolução do sector agrícola português após a adesão à União Europeia,” pp. 1–7, 2002.

[2]“PORDATA,” 2022. <https://www.pordata.pt/db/ambiente+de+consulta/nova+consulta>.

[3]F. Avillez, “Crescimento, competitividade e produtividades agrícolas em Portugal nas últimas três décadas 1.,” 2022.

[4]GPP, “Estrutura das Explorações Agrícolas Diagnóstico,” 2019.

É por isso essencial transitar de um modelo químico-mecânico, fortemente caracterizado por elevados consumos de químicos, água e combustíveis fósseis para um modelo em que a produção biológica e a sustentabilidade domine, contudo tal exigirá um conhecimento mais aprofundado do funcionamento dos ecossistemas agrícolas. Além disto dever-se-á alinhar a tecnologia agrícola com uma maior eficiência do uso de recursos como água, energia e agro-químicos, através da promoção de aplicações mais precisas e dirigidas.

Assim apresentamos as seguintes propostas:

1. Promover Organizações de Produtores, à semelhança do que já acontece em Espanha e Itália, que apoie os agricultores a gerir riscos e estabilização de rendimentos, bem como auxilie na divulgação e difusão de inovações tecnológicas e agrícolas, contribuindo para um setor agrícola da região mais neutro em carbono e sustentável;
2. Apostar numa investigação agro-tecnológica na região através de uma participação ativa da administração pública local na construção e fomentação de Polos que potenciem a inovação e valorização do território agrícola, com um contacto próximo aos agricultores, de modo que as dificuldades destes sejam auscultadas e soluções sejam encontradas de forma mais rápida. Tais centros de investigação também poderão servir de ponte para que os agricultores, de forma experimental percebam a mais valia da transição para uma agricultura mais amiga do ambiente e como o poderão fazer;
3. Melhorar a posição das empresas produtoras de bens agrícolas na cadeia de abastecimento alimentar. Promovendo mercados locais de proximidade, como forma de aproximação dos produtores e consumidores. E ainda promover apoios financeiros à transformação e comercialização de produtos agroalimentares produzidos na RO obtidos em modo de produção integrada e de agricultura biológica.
4. Os trabalhadores agrícolas são uma classe envelhecida e pouco escolarizada. Cerca de 60% dos agricultores têm mais de 55 anos, como tal é crucial potenciar o rejuvenescimento do setor agrícola tornando-o atrativo para as classes mais jovens. Para isto é essencial rever e aumentar os subsídios e apoios dados aos jovens agricultores mediante os níveis de produtividade. Dever-se-á igualmente promover intercâmbios de jovens agricultores com países que possuem um elevado capital humano jovem no setor e que apresente métodos agrícolas inovadores e eficientes, como a Holanda, Itália, Espanha para que os nossos jovens possam aprender com os melhores.

A Juventude Socialista,

Braga, 17 de dezembro de 2022